



Conclusões & Recomendações

[Isabel Chaves de Almeida]

É um privilégio, mas também uma responsabilidade, vir apresentar as conclusões deste XII Congresso Nacional de IP sob o lema das **Práticas Recomendadas em IP**. Penso que todos nós sentimos este, como um Congresso que se destaca, não só por ser o **primeiro a decorrer em Lisboa e na Fundação Calouste Gulbenkian**, mas **principalmente** por coincidir com o **encerramento do Projeto IM²** "Intervir mais, Intervir melhor" e com o **lançamento do Guia** "Práticas Recomendadas para a IPI – Um guia para profissionais".

Durante este Congresso refletiu-se sobre o **sistema de IP e as Práticas Recomendadas**, os **sucessos alcançados**, os **constrangimentos que ainda subsistem** e os **desafios para o futuro**. Toda esta reflexão surgiu **enquadrada** pelos **contributos teóricos mais atuais assentes em evidências científicas**, bem como pelas **contribuições de profissionais e famílias**.

Contámos com a **participação relevante de especialistas europeus e norte-americanos**, com a **participação das famílias**, nomeadamente com a Noor e a Associação Pais-em-rede, e ainda com a apresentação de **16 posters**, na sua maioria expondo resultados de **investigação**, o que por si só é um sinal importante da vitalidade da investigação na área da IP. Vou passar agora a relembrar algumas **ideias-chave** referentes às **principais temáticas abordadas**:

PRINCIPAIS TEMÁTICAS ABORDADAS

- A importância do **enfoque na primeira infância e o papel central da família**.
- O reconhecimento dos **direitos das crianças e famílias**, entre os quais o **direito à inclusão**.
- A certeza que a ciência nos traz de que **na ausência de IP as crianças vulneráveis vêm a sua curva de desenvolvimento decrescer acentuadamente** nos primeiros 5 anos de vida (atraso esse que obviamente se irá manter e acentuar posteriormente).
- **A importância dos padrões de interação familiar**, com particular relevo para as transações pais-criança, a nível da **promoção do desenvolvimento social e cognitivo da criança**. O **papel dos stressores** que ao interferirem negativamente com estes padrões interativos **provocam declínios no desenvolvimento** destas crianças vulneráveis.
- **A identificação dos resultados de uma intervenção de qualidade**: fortalecimento das famílias; melhoria do desenvolvimento da criança; benefícios a longo-termo - financeiros e na qualidade de vida.
- A importância das **relações**, sendo a sua construção um dos pilares das **práticas de ajuda centradas na família**.
- A importância da **utilização**, pelos profissionais, do segundo pilar, as **práticas participativas** essenciais para o **fortalecimento e a construção de competências das famílias**.
- A importância de uma **intervenção** que **parte dos interesses da criança aproveitando as oportunidades de aprendizagem** que ocorrem naturalmente nas suas **rotinas diárias**.
- A importância de uma **referenciação precoce** e o **papel relevante** que a nossa legislação atribuí aqui à **área da saúde**, do qual decorre uma **particular responsabilidade**.
- A importância da **investigação como fonte de evidências** que deverão **servir de base à implementação das práticas**.

DESAFIOS PARA O FUTURO

Para além das temáticas abordadas, as comunicações apresentadas deixaram-nos ainda **alguns importantes desafios para o futuro**, entre os quais destacamos:

- A premência em **integrar a ciência do desenvolvimento com as práticas**, ou, dito de outra forma, em **ultrapassar o hiato entre a investigação** e aquilo que de facto acontece nas **práticas diárias dos profissionais**.
- **A ciência da implementação** como um **caminho possível** para **transpor as práticas baseadas em evidências para as rotinas dos profissionais**.
- A **necessidade de expandir sistemas de IP baseados na comunidade**, ultrapassando as barreiras existentes.
- O alertar para que o **objetivo principal da intervenção precoce** deverá ser: **otimizar os padrões de interação familiar**, partindo da **avaliação dos stressores** e dos **fatores de proteção** e envolvendo-se na **resolução de problemas com a família e a equipa**.
- O alertar para a necessidade de **não deixar a IP funcionar como um sistema fechado**, mas antes, **tendo por base princípios e práticas recomendadas**, **estabelecer pontes que permitam um diálogo fecundo com os outros agentes no terreno**.

COMO RESPONDER A ESTES DESAFIOS?

Como ontem vimos é importante consciencializarmo-nos do **percurso já feito e dos resultados alcançados**:

- A presença de um **enquadramento legal** que garante a existência de um **sistema integrado de colaboração intersectorial** – Educação, Saúde e Segurança Social – com a **cooperação das IPSS**. Sistema que é **reconhecido internacionalmente** e apontado como exemplo.
- O **percurso de crescimento e aperfeiçoamento progressivo do sistema de IP** procurando ir, de uma forma integrada, ao encontro dos direitos e necessidades das crianças e famílias. Como marcos importantes neste processo destacamos:

- O **aumento da taxa de cobertura** de resposta às crianças e famílias.
- O maior reconhecimento da necessidade de **investir no desenvolvimento profissional – formação e supervisão** – dos profissionais de IP.
- O **envolvimento e o investimento dos profissionais de IP** no trabalho que desenvolvem, bem como na procura de consolidação das suas práticas.
- O grande incremento de **trabalhos de investigação nacionais**.
- A **existência de um referencial orientador para as práticas** dos profissionais, respeitando as práticas internacionalmente recomendadas.
- A **intensificação de uma plataforma de colaboração** concretizada através da participação da ANIP (entidade promotora do Projeto IM²), das Universidades envolvidas, das Famílias (Pais-em-Rede) e do SNIPI na qualidade de interlocutor privilegiado. **Esta unidade**, única do ponto de vista científico, é uma força que conduz a **um maior diálogo entre ciência, práticas e políticas**.

Como se vê foi já muito aquilo que foi alcançado, no entanto, como já foi dito, **este é um percurso que se vai construindo progressivamente**. Os passos em frente tornam-nos **mais exigentes** e vão-nos criando **novos desafios**.

Importa, assim, **continuar o percurso em direção às práticas recomendadas, reforçando:**

- A importância de uma **intervenção integrada nos primeiros anos de vida**.
- A importância de uma **ação concertada de políticas e medidas** para uma maior eficácia do sistema de IPI no apoio às crianças e famílias.

RECOMENDAÇÕES

Ao longo deste dia e meio de Congresso **surgiram diferentes tópicos de reflexão e contributos** a ter em conta para respondermos melhor às crianças e famílias. Algumas destas reflexões prendem-se com **aspectos específicos que refletem alguns constrangimentos** que surgem na prática diária dos profissionais. Só encontrando **formas mais eficazes de os ultrapassar** poderemos continuar a **aproximar-nos das práticas recomendadas baseadas em evidências**.

Deixamos assim o nosso contributo sob a forma de **recomendações**:

- Criar condições que permitam compreender e ultrapassar o problema da **identificação** demasiado tardia das crianças para a IP.
- Criar condições que permitam uma **maior participação das famílias**, com um maior reconhecimento do seu poder e competências.
- Criar condições que permitam o desenvolvimento de um **Plano Individual para a Intervenção Precoce** que espelhe, de facto, uma intervenção nos contextos naturais e inserida nas rotinas.
- Criar condições que permitam o desenvolvimento de um **verdadeiro trabalho de equipa transdisciplinar**, através de:
 - **Formação** (nomeadamente em temáticas tais como, competências de trabalho em equipa, resolução de problemas, liderança...) e **supervisão** dos profissionais.
 - Maior **racionalização da gestão e organização de recursos** humanos (tempos de afetação, dispersão por diferentes equipas, sobrecarga de procedimentos burocráticos, elevada mobilidade dos profissionais...)
- Criar condições que permitam ultrapassar **a persistência de um modelo centrado na criança**, com conseqüente desvalorização do tempo despendido na intervenção com as famílias e com outros profissionais, nomeadamente, reuniões de equipa, intervenção no contexto educativo e com outros cuidadores.
- Criar condições que permitam **apoiar a implementação da práticas** através de:
 - **Formação** – com um modelo consentâneo com as práticas recomendadas baseadas em evidências e recorrendo a metodologias participativas, partindo das experiências e práticas dos profissionais.
 - **Supervisão** – num modelo reflexivo, distinguindo claramente as funções da supervisão das da coordenação e assegurada por profissionais com conhecimentos e experiência na área da IP. Esta supervisão deverá constituir também um **espaço de suporte emocional, instrumental e informativo dos profissionais**, que possa ajudar a prevenir o *burnout*.
 - **Definição do perfil do supervisor** e investimento na sua capacitação através de formação adequada.
- Criar condições que permitam **intensificar/consolidar a relação equipa-comunidade** de forma a conseguir um maior envolvimento e participação dos recursos formais e informais da comunidade.

- Criar condições que permitam uma **melhor divulgação do SNIPI**, proporcionando maior informação e acesso das famílias e dos outros serviços e profissionais, podendo assim contribuir para uma maior colaboração entre todos.
- Criar condições que permitam continuar a **promover a investigação**, nomeadamente no que diz respeito à **avaliação das práticas** (processos e resultados), intensificando o diálogo entre a prática no terreno e os investigadores.

Finalmente:

- Apostar cada vez mais na **responsabilidade, participação e envolvimento** das pessoas naquilo que lhes diz respeito.

Realçamos ainda três **aspetos de particular relevância** no apoio ao percurso de crescimento e aperfeiçoamento do sistema de IPI, aspetos que aqui se impuseram como uma evidência, **a necessidade de:**

- Promover a **participação ativa das famílias nos diferentes níveis do sistema**.
- Reforçar a **colaboração intersectorial em todos os níveis do sistema**.
- **Dar continuidade à plataforma de colaboração** que o Projeto IM² permitiu construir aprofundando o diálogo entre a ciência, as práticas e as políticas.

PROPOSTA

Terminada esta etapa deixamos como proposta a **criação de um conselho consultivo de apoio ao SNIPI**, constituído por elementos das universidades com reconhecida competência na área da IP, bem como por outros peritos e entidades relevantes nesta área tais como, nomeadamente, a Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP).

Termino com uma **reflexão** de Mary Beth Bruder que penso que **se adequa às nossas atuais preocupações**:

*"A fim de assegurar a **sustentabilidade futura da IP** e um futuro positivo para todas as crianças e famílias elegíveis, a IP deve, **não apenas sobreviver, mas tem de evoluir.***

*Deve ocorrer uma **mudança de paradigma** que associe a identidade e a cultura da IP à implementação de **práticas eficazes baseadas em evidências**, levada a cabo por um conjunto de **profissionais altamente qualificados** e desenvolvida em **ambientes naturais e inclusivos** junto de **todas as crianças e famílias.**"*

(Bruder, 2010)

